

SOBERANIA ALIMENTAR EM FAMÍLIAS CAMPONESAS NO MUNICÍPIO DO DIVINO, MG: UMA GEOGRAFIA DOS ALIMENTOS?

Food Sovereignty of peasants at Divino, MG: a Geography of Food?

Soberanía Alimentaria de Agricultores del municipio de Divino, MG: una Geografía de los Alimentos?

Leonardo de Oliveira Carneiro

Professor Adjunto da Universidade Federal de Juiz de Fora (Departamento de Geociências e Programa de Pós-graduação em Geografia), Pesquisador do NUGEA (Núcleo de Geografia, Espaço e Ação) e Coordenador do NEA (Núcleo de Estudos em Agroecologia) da UFJF. Doutor em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF, 2009). Ênfase em pesquisas e em programas de extensão universitária sobre Geografia Agrária, Comunidades Tradicionais e Agroecologia.
leo.ufjf@gmail.com

RESUMO

O objetivo deste artigo é debater sobre a soberania alimentar de agricultores do município do Divino (MG), articulados ao movimento agroecológico. Para tal, utilizamos métodos participativos de pesquisa, além de entrevistas e caminhadas guiadas pelos agricultores em suas propriedades. Os resultados demonstram um alto grau de soberania alimentar nesse grupo: a maior parte da alimentação destes provém de seus plantios. Essa diversidade produtiva está “geografada” nas paisagens rurais e nos oferece caminhos para pensar na soberania alimentar em outras escalas.

Palavras-chave: Soberania Alimentar; Território; Agroecologia

ABSTRACT

This article aims to debate about the food sovereignty of peasants at Divino, MG, articulated in the agroecological movement. The methodological approach of this research utilized is the observant participation. Interviews and guided walks in the peasant's properties are also part of the methodology. The results demonstrate a high level of food sovereignty in this specific group: most of their feeding comes from their lands. This productive diversity is geographically pinpointed in the rural landscape and, above all, it may suggest the possibility of food sovereignty at different scales.

Key words: Food Sovereignty, Territory; Agroecology

Artigo recebido em:

04/10/2017

Artigo publicado em:

26/06/2018

RESUMEN

El objetivo de este artículo es debatir sobre la soberanía alimentaria de agricultores del municipio del Divino (MG), articulados al movimiento agroecológico. Para ello, utilizamos métodos participativos de investigación, además de entrevistas y caminatas guiadas por los agricultores en sus propiedades. Los resultados demuestran un alto grado de soberanía alimentaria en este grupo: la mayor parte de la alimentación de estos proviene de sus plantíos. Esta diversidad productiva está “geografiada” en los paisajes rurales y nos ofrece caminos para pensar en la soberanía alimentaria en otras escalas.

Palabras clave: Soberanía alimentaria; Territorio; Agroecología

INTRODUÇÃO: A PESQUISA E O CONTEXTO

Este artigo tem como objetivo apresentar algumas tendências da agricultura camponesa no município do Divino (MG) e sua relação com a temática soberania alimentar. Para atingir tais intuítos, este estudo partiu da reflexão sobre os processos territoriais e os indissociáveis (neste caso específico) processos da formação das redes agroecológicas, além da análise da (trans) formação das paisagens de produção agrícola-camponesa, temas anteriormente abordados por Carneiro e Cardoso (2017), na escala da Zona da Mata mineira.

Optamos pela utilização do termo “agricultura camponesa” em contraponto aos termos que julgamos pejorativos ou reducionistas como “agricultura de subsistência” ou “agricultura familiar”, dentre outros. Reportamo-nos, por exemplo, às considerações de Mazzetto (2007) sobre “agricultura camponesa” em contraponto à “agricultura familiar”. Para ele, a utilização do termo “agricultura familiar” se firmou no Brasil a partir

de políticas de cooptação de pequenos agricultores às formas mais capitalizadas de produção, incentivadas pelo PRONAF, política instituída pelo Governo Federal nos anos 1990. Segundo o autor, a utilização do termo “agricultura camponesa” se reafirma a partir das dimensões ambientais, culturais, políticas e econômicas que são pertinentes a grande parte dos pequenos agricultores no Brasil.

Para o caso da “agricultura de subsistência” rechaçamos o termo devido ao julgamento pejorativo que pressupomos existir, ao incitar a ideia de sub-existência ou sub-vida presentes em uma agricultura supostamente precária e ineficiente, conforme reafirmado por Regina Bruno na discussão sobre agricultura familiar “vocacionada” e agricultura familiar “sem condição” ou de subsistência (BRUNO, 2016).

Não obstante, utilizaremos ainda a diferenciação entre “agricultura de mercado”, calcada na monocultura e alinhada ao agronegócio, e “agricultura de excedentes”, voltada para a produção diversificada e articulada a estraté-



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES
Janeiro-Junho, 2018
ISSN 2175-3709

gias diferenciadas de comercialização. Sugerimos, pois, que esses diferentes sistemas agroalimentares conformam diferentes traçados geográficos, diferentes paisagens, e instituem a territorialidade de diferentes sujeitos do campo.

Os resultados revelados neste texto são produtos de um projeto de iniciação científica da UFJF (2016-2017), mas que se iniciaram muito antes deste. As vivências e as interações que possibilitaram as reflexões ora presentes surgiram desde a formação do NEA-Ewê (Núcleo de Estudos Agroecológicos da UFJF) e da sua integração ao NEA da UFV (Universidade Federal de Viçosa) e com o CTA-ZM (Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata mineira), sobretudo na execução do projeto de extensão “Da diversidade cultural à diversidade produtiva: a construção dos saberes para a transição agroecológica” (2011-2016), fomentado pelo MDA/CNPq, no município do Divino, junto ao Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar do Divino e à Associação Dom Divino.

Portanto, e em consonância a Albert (2002) e Wacquant (2002), sugerimos que esta pesquisa advém antes de uma “participação observante” do que de uma “observação participante”. Para ambos os etnógrafos a convivência prolongada em determinados contextos - que pode ser por pertencimento, longo tempo de convívio devido a trabalho ou a outros tipos de interação - pode inverter o sentido da

pesquisa etnográfica, ou seja, ao invés de termos uma questão de pesquisa que rumo para uma metodologia de observação participante, temos uma participação que faz emergir uma questão de pesquisa. Neste sentido, é uma participação a priori que é o ponto de partida para uma observação de pesquisa em particular: é a partir da participação que se chega à pesquisa e seu método de observação. Embora não estejamos aqui elaborando uma etnografia, a questão de pesquisa que abordamos surgiu em um contexto de longo convívio com os sujeitos objetificados nesta pesquisa. Os longos períodos que vivenciamos nas ações de extensão universitária junto a estes sujeitos nos apontaram a concepção dessa pesquisa. É nesse sentido que nos afirmamos enquanto postulantes de uma “participação observante”.

Ainda, como técnicas de levantamento de dados sobre a produção e o consumo de alimentos das famílias da “agricultura-camponesa-agroecológica”, utilizamos entrevistas, normalmente regadas a café e mandioca ou broa, e caminhadas guiadas pelas propriedades.

Nessas caminhadas guiadas, as entrevistas eram potencializadas, na medida em que íamos descobrindo diversos produtos não relacionados na entrevista, ao mesmo tempo em que observávamos as particularidades das formas de plantio e de criação de animais de cada um deles.

Aproximando-nos do contexto de nossa pesquisa, dados do Instituto Nacional de

TABELA 1: estrutura fundiária do município do Divino, MG.

Alimentos na mesa do Agricultor Camponês, Divino, MG. Cômputo Geral das Unidades Visitadas		
	De dentro	De fora
Carnes	Porco, Galinha, Boi.	Boi
Legumes	Cará Moela, Abóbora, Quiabo, Quiabo do frio, Tomate, Chuchu, Berinjela, Pimentão, Jiló, Cebola.	Tomate
Frutas	Uvaia, Caju, Figo, Jabuticaba, Ciriguela, Pitanga, Morango, Mamão, Acerola, Carambola, Goiaba, Jambo, Banana (diversas espécies), Laranja, Mexerica, Limão, Abacate, Graviola, Ameixa, Amora, Jaca, Melancia, Maracujá, Manga, Zamboa, Ingá e Lichia.	
Verduras	Almeirão, Alface, Azeitona, Couve, Peixinho, Taioba, Serralha, Ora-pro-nóbis.	
Temperos	Manjerição, Açafreão, Hortelã, Salsinha, Alecrim, Urucum, Alho, Cebola, Pimenta e Cebolinha.	Alho, Cebola, Sal.
Rizoma	Araruta	
Raízes	Cenoura, Beterraba, Batata Doce, Batata Baroa, Mandioca e Rabanete.	
Tubérculos	Inhame (cará), Batata, Cará Raiz.	
Leguminosas	Feijão (diversas espécies), Fava (diversas espécies), Soja, Lab-lab.	
Cereais	Milho, Fubá.	Arroz
Chás e café	Café, Erva cidreira, Funcho, Mirra Alecrim.	
Leite e derivados	Leite, queijos.	Leite
Doces e similares	Cana, Melado, Açúcar mascavo, Doces, Banana Passa.	Açúcar
Óleos e gorduras	Gordura de Porco	Óleo de soja
Pães, bolos e produtos alimentícios	Broas, Bolos.	Pão, Macarrão.
Farinhas	Farinha de Mandioca	Farinha de Trigo

Fonte: INCRA, 2017.

Colonização e Reforma Agrária (INCRA), nos mostram que há 2.030 propriedades rurais no município de Divino (MG) que ocupam uma área total cadastrada de 33.817,13 hectares. A maior concentração do número de propriedades tem áreas que variam entre 2 hectares e 5 hectares, correspondendo a 29,8% do total de propriedades (605 estabelecimentos rurais), com ocupação equivalente a 5% da área total dos imóveis rurais município (1.976,64 ha). Ainda, 24% da área total do município pertencem a 234 propriedades rurais de 25 a 50 hectares (11% do total do número estabelecimentos rurais) e também aparecem 132 (ou 11%) propriedades entre 50 e 500 hectares, que abrangem uma área de 12.038,08ha (INCRA, 2017). (Tabela 1).

Essa tabela revela a existência de diferenciadas formas de ocupação do

território que vão dos pequenos produtores ligados à agricultura familiar/camponesa aos fazendeiros, considerando ainda que existam meeiros, parceiros diversos, trabalhadores rurais sem terra, quilombolas e uma variedade de pequenos e médios proprietários que se dedicam ora ao plantio do café, ora à criação de gado leiteiro (sobretudo) e ora ao plantio de eucaliptos, conforme veremos adiante.

O domínio morfo-climático da Zona da Mata mineira é de “mares de morro florestados”, com cobertura vegetal original de Mata Atlântica, hoje, majoritariamente descobertos devido ao desmatamento e à sobreposição de cultivos e pastagens. O município do Divino encontra-se em uma área de elevações serranas de relevo acidentado intercalado com mares de morro e vales encaixados do rio Ca-

rangola, e situa-se entre as serras do Caparaó e do Brigadeiro em altitudes que variam de 500 a 1.500 metros.

A composição desse relevo sugere dificuldades à expansão da agricultura mecanizada e ao agronegócio, sobretudo, se relacionado aos crescentes movimentos dos trabalhadores rurais pela garantia dos direitos trabalhistas junto à agricultura patronal; nos encontros realizados com fazendeiros, percebemos que estes se queixam do encarecimento da mão-de-obra e da consequente diminuição da sua lucratividade. Ou seja, a manutenção das médias e grandes propriedades parece enfrentar dificuldades; já a agricultura camponesa – que utiliza trabalho familiar e solidário (mutirões e troca-dias¹) em pequenas propriedades – tem se afirmado como uma forma possível para a produção agrícola local, desarticulando-se dos monocultivos e rumando à produção diversificada, ao beneficiamento e à comercialização de gêneros alimentícios. Não obstante, esse contexto também tem levado médios e grandes proprietários de terra a investirem na substituição das lavouras de café ou da criação de gado leiteiro pelo plantio de eucaliptos, que requer menor emprego de mão-de-obra e que tem boa lucratividade e adaptação às condições edafoclimáticas locais (CARNEIRO E CARDOSO, 2017).

É sobre esse variado contexto que objetivamos pensar a soberania alimentar. É

preciso, contudo, ressaltar que esta pesquisa se encontra em sua primeira fase, na qual previmos investigações específicas sobre os pequenos proprietários ligados à rede agroecológica. Em desdobramentos futuros, pretendemos investigar os outros sujeitos do meio rural do município do Divino (fazendeiros) e suas relações com a soberania alimentar para termos, enfim, uma mirada mais totalizante sobre a questão.

A SOBERANIA ALIMENTAR: O FIO DE ARIADNE DE NOSSOS ESTUDOS

Desde a década de 1920 até a década de 1990, as discussões sobre a questão da fome centravam-se, sobretudo, na abordagem sobre a Segurança Alimentar. Esses debates eram atrelados à questão do abastecimento permanente e do consumo assegurado de alimentos pela população mundial e estiveram presentes, por exemplo, nas políticas colocadas em prática pela FAO desde a sua criação; apostava-se que o problema da fome poderia ser resolvido com o aumento da produção agrícola global via modernização da agricultura (VILAS BOAS, 2015). De maneira geral, acreditou-se nos avanços tecnológicos advindos a partir da “revolução verde” como estratégia única de incremento da produção de alimentos e despolitizou-se o debate sobre a fome como questão social, ligada à (in) justa distribuição de renda e de recursos (Porto-Gonçalves, 2006). Conforme afirmamos, tal perspectiva influenciou

1 - Troca-dias é um sistema de troca de dias de trabalho entre camponeses da região, normalmente utilizado para atividades que requerem uso intensivo de mão-de-obra, como, por exemplo, no caso da “panha” do café. Estes grupos estabelecem espécies de clãs e administram um “banco de dias de trabalho” em que uns trabalham para os outros sem pagamento em dinheiro; com trabalho se paga trabalho.

organizações internacionais intergovernamentais como FAO, ONU, Banco Mundial e FMI, que passaram a propagar e a financiar pacotes tecnológicos de produção agrícola pelo mundo, difundindo políticas e ações em centenas de países.

Em consonância, empresas globais produtoras de sementes, adubos, venenos agrícolas, equipamentos e maquinários expandiram-se em estratégias de dominação capitalista global e houve a consequente submissão dos conhecimentos e práticas da agricultura ao modo urbano-industrial de produção de alimentos. “Paisagens globais²” de produção agrícola difundiram-se pelo planeta com baixa diversidade das espécies cultivadas (destaque para o milho, a soja e o trigo), o que causou uma verdadeira corrosão de agroecossistemas, de socio-biodiversidade, de conhecimentos e de práticas das agriculturas tradicionais e camponesas, além da forte contaminação ambiental, da desterritorialização de diversas populações e da produção de alimentos com qualidade questionável. Naturalmente, o desenho dessas paisagens globais atende também à lógica da divisão internacional do trabalho, onde alguns países, como o Brasil, se especializam na produção de commodities agrícolas.

Atualmente, entretanto, as discussões sobre a questão da fome rumam na perspectiva da Soberania Alimentar que salienta a necessidade de um povo tornar-se soberano e protagonista no cultivo e no consumo de *alimentos de quali-*

dade (STÉDILE e CARVALHO, 2012). A própria compreensão sobre a fome também se transforma: hoje, grande parte das preocupações sobre o tema recai sobre o debate da “fome oculta”, consequência, na maioria das vezes, do consumo de alimentos superprocessados, de origem industrial, com altos teores de carboidratos, gorduras, sais e conservantes. Esse sistema de alimentação produzido, distribuído e divulgado pelos meios técnicos-científicos-informacionais da economia urbano-industrial, e exacerbado em tempos de globalização neoliberal, faz surgir, na contemporaneidade, graves problemas alimentares na população de todo o planeta. Não bastasse isso, a produção dos sistemas agrícolas monocultores que abastecem as indústrias de alimentos superprocessados utiliza enormes quantidades de venenos agrícolas e adubos químicos que, além de produzirem alimentos contaminados, causam fortes impactos sobre as sociedades camponesas e tradicionais e sobre os ambientes locais/regionais/globais, conforme afirmamos anteriormente.

Nessa perspectiva, surge o debate sobre a soberania alimentar levantado por diversos movimentos sociais, para os quais as condições de reprodução da agricultura devem pertencer aos grupos de agricultores munidos da diversidade de suas sementes crioulas e de suas técnicas de plantio, de forma autônoma e soberana, e com a utilização de práticas não agressivas ao ambiente. Essa pauta tem sido uma das tônicas centrais do



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES
Janeiro-Junho, 2018
ISSN 2175-3709

2 - Retornamos aqui as considerações sobre os “espaços agrários luminosos” e do “meio técnico-científico-informacional” presentes em diversos autores, dentre os quais destacamos o conjunto da obra de Denise Elias.

TABELA 2

Alimentos na mesa do Agricultor Camponês, Divino, MG. Cômputo Geral das Unidades Visitadas		
	De dentro	De fora
Carnes	Porco, Galinha, Boi.	Boi
Legumes	Cará Moela, Abóbora, Quiabo, Quiabo do frio, Tomate, Chuchu, Berinjela, Pimentão, Jiló, Cebola.	Tomate
Frutas	Uvaia, Caju, Figo, Jabuticaba, Ciriguela, Pitanga, Morango, Mamão, Acerola, Carambola, Goiaba, Jambo, Banana (diversas espécies), Laranja, Mexerica, Limão, Abacate, Graviola, Ameixa, Amora, Jaca, Melancia, Maracujá, Manga, Zamboa, Ingá e Lichia.	
Verduras	Almeirão, Alface, Azedinha, Couve, Peixinho, Taioba, Serralha, Ora-pro-nóbis.	
Temperos	Manjeriçã, Açafraão, Hortelã, Salsinha, Alecrim, Urucum, Alho, Cebola, Pimenta e Cebolinha.	Alho, Cebola, Sal.
Rizoma	Araruta	
Raízes	Cenoura, Beterraba, Batata Doce, Batata Baroa, Mandioca e Rabanete.	
Tubérculos	Inhame (cará), Batata, Cará Raiz.	
Leguminosas	Feijão (diversas espécies), Fava (diversas espécies), Soja, Lab-lab.	
Cereais	Milho, Fubá.	Arroz
Chás e café	Café, Erva cidreira, Funcho, Mirra Alecrim.	
Leite e derivados	Leite, queijos.	Leite
Doces e similares	Cana, Melado, Açúcar mascavo, Doces, Banana Passa.	Açúcar
Oleos e gorduras	Gordura de Porco	Óleo de soja
Pães, bolos e produtos alimentícios	Broas, Bolos.	Pão, Macarrão.
Farinhas	Farinha de Mandioca	Farinha de Trigo
Número total de itens	91	11

Fonte: Laboratório Kizomba Namata, DGEO, UFJF.

movimento agroecológico. Na perspectiva de Altieri (2010, p. 23):

Globalmente, a Revolução Verde, ainda que tenha melhorado a produção de certos cultivos, mostrou não ser sustentável ao causar danos ao ambiente, provocou perdas dramáticas de biodiversidade e do conhecimento tradicional associado, favoreceu aos agricultores mais ricos e deixou muitos agricultores pobres mais endividados. (...) Diante dessas tendências globais, os conceitos de soberania alimentar e sistemas de produção baseados na agroecologia ganharam muita atenção nas duas últimas décadas. Iniciativas que implicam na aplicação da ciência agroecológica moderna alimentada por sistemas de conhecimento indígena, lideradas por milhares de agricultores, organizações não governamentais e algumas instituições governamentais e acadêmicas, estão demonstrando que podem

melhorar a segurança alimentar conservando os recursos naturais, a agrobiodiversidade e a conservação do solo e água em centenas de comunidades rurais de várias regiões.

É justamente essa perspectiva que queremos perseguir nesta pesquisa: pensar como os grupamentos camponeses do município do Divino, ligados às redes agroecológicas, enfrentam e resistem aos processos de modernização, absorvendo e repulsando os pacotes financeiros, agrícolas e tecnológicos do agronegócio. Ademais, pretendemos saber qual é a relação que esses grupos possuem sobre o controle da diversidade de suas unidades produtivas, mantendo suas agriculturas de excedentes, sem abrir mão de sua soberania alimentar. Ou seja, intentamos saber da relação entre o plantar e o se alimentar, o de produzir



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES
Janeiro-Junho, 2018
ISSN 2175-3709

grande parte do que se come e da consequente diminuição da dependência do abastecimento de alimentos processados e super-processados ou dos insumos agroindustriais que são adquiridos no mercado.

Na Tabela 2, apresentamos uma sistematização dos quatro levantamentos que elaboramos para esta pesquisa. Para isso, partimos de entrevistas realizadas, em um primeiro momento, nas casas da família dos agricultores Gilberto Henrique, Eliete, Dona Denira e Gilberto Corrêa; em seguida, passávamos a percorrer suas propriedades acompanhados por eles, a fim de detectarmos mais informações. Uma das questões que permeavam essas entrevistas era a relação entre produção e consumo de alimentos; desse modo, fazíamos um levantamento sobre a comida cotidiana desses grupos e construíamos uma tabela dividida em duas partes: numa delas anotávamos os alimentos consumidos que eram produzidos na propriedade, e na outra parte da tabela, os alimentos que eram adquiridos no mercado.

Os resultados obtidos são expressivos e demonstram o alto grau de soberania alimentar que essas famílias possuem. Diga-se de passagem, há uma grande variedade de espécies de feijão e fava, por exemplo, que não foram quantificados para a sistematização desses dados – foram classificados genericamente como “feijão” ou “fava”. Ainda assim, deparamo-nos com diversos itens alimentares dos quais jamais havíamos ouvido falar. Também nos chama a atenção de que

há uma total autonomia na produção/consumo de frutas, verduras, rizomas, raízes, tubérculos, leguminosas, chás e café. O consumo de carne é praticamente auto-suficiente, apesar de apenas uma das propriedades possuir gado bovino; isso deve-se ao fato de que o consumo de carne de porco e de frango são os mais comuns dentre esses grupos.

Esta pesquisa ainda nos permitiu adensar algumas considerações sobre os produtos consumidos que eram adquiridos no mercado, conforme demonstramos na Tabela 3.

Percebemos, pois, que além de existir um baixo número de itens que são adquiridos no mercado, há também um uso restrito de alguns desses itens, como é o caso do tomate, do pão, do óleo de soja e do macarrão. O caso do macarrão é expressivo, pois apareceu como um item presente mais ligado ao passado do que ao consumo efetivo cotidiano do grupo, o que nos leva a crer que esse é um item em desuso, face aos debates sobre alimentação e saúde que fazem parte dos intercâmbios agroecológicos e da auto-afirmada “decisão” de alcançar a soberania alimentar e não depender da comida industrializada da cidade.

Os estudos desses dados revelam, por sua vez, uma intensa mobilização e conflitualidade territorial, a partir do momento em que disputas são acirradas em torno das formas produtivas, do uso do espaço, da integração, ou não, às formas hegemônicas da agricultura convencional, enfim, de certames entre

3 - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

4 - Programa Nacional de Alimentação Escolar

TABELA 3

Alimentos na mesa do Agricultor Camponês, Divino, MG. Cômputo Geral das Unidades Visitadas		
	De dentro	De fora
Carnes	Porco, Galinha, Boi.	Boi
Legumes	Cará Moela, Abóbora, Quiabo, Quiabo do frio, Tomate, Chuchu, Berinjela, Pimentão, Jiló, Cebola.	Tomate
Frutas	Uvaia, Caju, Figo, Jabuticaba, Ciriguela, Pitanga, Morango, Mamão, Acerola, Carambola, Goiaba, Jambo, Banana (diversas espécies), Laranja, Mexerica, Limão, Abacate, Graviola, Ameixa, Amora, Jaca, Melancia, Maracujá, Manga, Zamboa, Ingã e Lichia.	
Verduras	Almeirão, Alface, Azeitinha, Couve, Peixinho, Taioba, Serralha, Ora-pro-nóbis.	
Temperos	Manjeriço, Açafreão, Hortelã, Salsinha, Alecrim, Urucum, Alho, Cebola, Pimenta e Cebolinha.	Alho, Cebola, Sal.
Rizoma	Araruta	
Raízes	Cenoura, Beterraba, Batata Doce, Batata	

Fonte: Laboratório Kizomba Namata, DGEO, UFJF.

diferentes lógicas de ocupação territorial. Ao fundo, paira uma questão: usar o território para produzir alimentos ou para produzir commodities?

DISPUTAS TERRITORIAIS E A SOBERANIA ALIMENTAR

Para a reflexão sobre os processos territoriais, levamos em consideração o plantio do café, sobretudo, e suas consequências sobre o campo. Ainda, consideramos o conjunto de políticas públicas (federais e estaduais) como o PRONAF³ o PNAE⁴ como estratégias de cooptação (por parte do Estado) e de resistência dos camponeses aos modos de produção via agronegócio. Tais políticas têm atuado para transformar a vida dos sujeitos agricultores e de suas associações, enfraquecendo ou fortalecendo suas articulações, dependendo da forma como são implantadas, absorvidas ou rejeitadas. Nesse sentido, o município do Divino revela tanto um território em conflito que demonstra embates entre modos de vida, de produção

e de relação sociedade-natureza, quanto um território de crescente resistência da agricultura camponesa, que se explica, em parte, pela formação das redes agroecológicas no local. Assim, esta pesquisa nos possibilitou enxergar os contraditórios e conflituosos processos no território, bem como as estratégias de resistência camponesa.

Para Mazzetto (2007), a diferenciação entre camponês e fazendeiro continua sendo relevante e fundamental para o debate sobre o mundo rural brasileiro, porque incorpora aspectos históricos, sociais, culturais e de racionalidade econômica, o que gera implicações políticas e ecológicas.

Essa divisão entre camponeses e fazendeiros leva a uma ampla reflexão sobre diferentes espacialidades que integram o campo brasileiro. A atuação dos diversificados sujeitos no rural, no contexto de uma agricultura camponesa, difere-se não só através das práticas tradicionais utilizadas pelos mesmos, mas também pela transferência desses

3 - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

4 - Programa Nacional de Alimentação Escolar

demasiados conhecimentos de forma particular.

O modo de vida camponês como um conjunto de práticas e valores que remetem a uma ordem moral que tem como valores nucleantes a família, o trabalho e a terra. Trata-se de um modo de vida tradicional, constituído a partir de relações pessoais e imediatas, estruturadas em torno da família e de vínculos de solidariedade, informados pela linguagem de parentesco, tendo como unidade social básica a comunidade (MARQUES, 2004, p. 151).

Ao considerarmos os conflitos sociais, em linhas gerais, observáveis de maneira histórica podemos caracterizar esse confronto entre agricultura camponesa (agricultura de excedentes) e fazendeiros (agricultura de mercado) ocorrentes na Zona da Mata mineira como conflitos de caráter territoriais, sobretudo sobre a dimensão econômica do território.

O perfil da agricultura predominante na região passou da monocultura do café à criação de pecuária leiteira extensiva e desta, para o plantio de eucaliptos; ressalta-se que ambas monoculturas coexistem na Zona da Mata e induzem dinâmicas à paisagem, ao sistema ambiental, além de comprometerem a soberania alimentar da região (CARNEIRO E CARDOSO, 2017, p. 84).

Acreditamos que uma comunidade, povo ou assentamento perde a soberania alimentar, quando se extingue as formas de produção camponesa. Atualmente, percebemos que essa “dissipação” da agricultura

camponesa ocorre não somente em consequência da perda de território para as formas de produção alinhadas ao agronegócio, mas também por meio da imposição de uma competitividade desleal no acesso ao mercado em relação à produção camponesa – diversificada, sazonal e não massificada.

Agricultores que antes utilizavam práticas “tradicionais” para obter a manutenção e sobrevivência de suas famílias no campo, hoje, passam a utilizar técnicas do agronegócio para conseguirem manter relações de venda com o mercado. Dentre essas ações, destacamos: uso de sementes (transgênicas, inclusive), de fertilizantes químicos, de agrotóxicos que são observados não somente em propriedades rurais dos fazendeiros, mas também no campo da agricultura familiar e camponesa, do pequeno proprietário rural, como consequência da expansão do agronegócio e das políticas de financiamento para a modernização da produção agrícola dos pequenos produtores, como no caso do PRONAF.

Na entrevista realizada com o Antônio e Gilberto Corrêa (pai e filho) ressaltamos a seguinte passagem, quando conversamos sobre o início do plantio de lavouras de café com financiamento de créditos agrícolas, que nos fala de um movimento de aproximações e formas de resistências criativas:

Antônio: É que no início, quando a gente fez o projeto de proposta com o banco, eles



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES
Janeiro-Junho, 2018
ISSN 2175-3709

exigiam que a gente fizesse um trabalho mais intenso na lavoura e eles passavam a receita de uns produtos pra jogar. Eu já joguei um pouco, eu sabia que era veneno, né? Mas eles mandavam jogar um copinho assim e eu jogava só um pouquinho, na época era o roundup que usava. Eu colocava menos de 1 cm no copo só pra não dizer que não pus, mas pra adubar no chão não, porque aí eu fazia normal, eu só vaporiza, e aí foi o período da formação da lavoura, e depois acabou.

Eu nem senti diferença, que era pouquinho mesmo sabe, eu só jogava porque vinham os fiscais do Banco do Brasil, e da Caixa acho que tinha os fiscais dela também, talvez era os mesmo fiscal, no início eles vinham com uniforme laranja sabe?

Gilberto: deve ser mais pra fazer uma pressão psicológica, né? E falavam que eles até cortavam as coisas da lavoura, se vissem uma abobora, por exemplo. Dá um impacto psicológico de autoridade, né?

Antônio: Eles diziam que se a gente não fizesse a lavoura do jeito que o IBC queria, a gente teria que pagar o financiamento antes da hora, se sentisse que a lavoura não estivesse sendo tratada, e a gente ficava com medo daquilo e fazia mais ou menos, pelo menos imitando o que eles pediam, né?

Essas “formas cotidianas de resistência camponesa” (SCOTT, 2002) – pequenas barganhas, leitura particular e conveniente de determinadas normas, mediação entre o que se faz, o que diz e o que se mostra, dentre outras táticas - têm aparecido em diversos relatos na região amiúde e sorrateiramente. A nosso ver, essas ações compõem “amplo leque de formas cotidianas, fragmentadas e difusas de resistência” (idem, p. 1) que

são aparentemente difusas, mas que também podem ser observadas na totalidade como formas coletivas e articuladas de resistência. A conflitualidade das práticas agrícolas nas diferentes propostas de agricultura é evidente, sobretudo para os produtores que convivem (e nos relatam) com as consequências ambientais, no campo da saúde e do convívio social quando entram em transição para agricultura convencional.

Não obstante, é interessante observar que este estudo de caso no município do Divino nos leva a perceber que algumas vezes o acesso a esse tipo de crédito pode levar a uma submissão das pequenas propriedades ao modo hegemônico de produção agrícola. Contudo, contraditória e complementarmente, ele também pode fortalecer a produção diversificada, caso essa esteja articulada aos interesses e às ações políticas, econômicas, culturais e ambientais da resistência camponesa ou do movimento agroecológico no local.

Isso foi o que observamos, por exemplo, na propriedade do Sr. Gilberto Henrique (proprietário do Sítio Santiago, 9 hectares de terra) que adquiriu equipamentos para torrar, moer e empacotar o café que produz de forma agroecológica. Esta modernização de seu sistema produtivo tem permitido a comercialização de seu café direto ao consumidor final em feiras, lojas ou na sua própria propriedade. A venda do café em pó embalado permite

IMAGEM 1: Feira Agroecológica no Divino (detalhe)

Fonte: autores

GEOGRAFARES 

Revista do Programa de
Pós-Graduação em Geografia e
do Departamento de Geografia
da UFES
Janeiro-Junho, 2018
ISSN 2175-3709

uma maior lucratividade. Concomitantemente, ela reforça os laços de trabalho familiar e retira parte da produção de seu café das mãos dos atravessadores. Esse processo, segundo o que nos informou Gilberto, levou com que a família apostasse em outras lógicas de produção e de comercialização, e isso os têm conduzido a diversificar cada vez mais a produção. Hoje, Gilberto comercializa diversos produtos para o PNAE e na feira agroecológica, organizada pela Associação em parceria com a prefeitura municipal, além de ter a maior parte dos alimentos que consome vinda de sua propriedade. Esse é um caso em que percebemos que determinadas formas de modernização podem permitir o fortalecimento da produção camponesa.

Sobre a feira, especificamente, a agricultora Maria Eliete Rufino nos narra:

Sim, e ela também surgiu dos intercâmbios⁵. Neles, trabalhamos muito com a ideia de diversidade na propriedade

e como comercializar isso, tanto pela questão financeira como pelo desejo de levar um produto de qualidade para as pessoas. Então, junto com a associação, decidimos fazer a feira. Reunimos as famílias que tinham interesse de participar (famílias próximas à associação, da cooperativa...) e resolvemos criar a feira, e todos que estão lá estão a par da questão agroecológica. Essa feira das quartas à tarde é exclusivamente agroecológica e já tem um ano de existência.

Formas de resistência organizadas do campesinato perante o agronegócio na região são dadas de modos variados, por meio de políticas públicas que atingem boa parte dos pequenos produtores rurais, por meio de associações dentro das comunidades (ou até mesmo entre comunidades) de agricultores criadas com o propósito de atuar como uma cooperativa para que os agentes agricultores possam se beneficiar de forma mútua, por meio de EFA's (Escolas da Família Agrícola).

No município do Divino, a criação da associação

5 - Intercâmbios agroecológicos é uma metodologia de extensão rural criado pelo Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata mineira e por profissionais da Universidade Federal de Viçosa.

de pequenos agricultores deu-se a partir do movimento agroecológico, como uma maneira de fortalecer a agricultura camponesa na região. Esse processo de resistência tem fortalecido a produção diversificada de alimentos, seja para consumo próprio, seja para fornecimento ao PNAE, à loja ou à feira organizadas pela Associação Dom Divino. Esse conjunto de ações perpassa, pois, a formação das redes agroecológicas, conforme examinaremos adiante.

AS REDES AGROECOLÓGICAS

Em um viés contrário ao modo convencional e hegemônico de produção rural, surge a Agroecologia que, por meio de suas buscas de sustentabilidade e autonomia no meio rural, vêm buscando soluções para a melhoria da produção agrícola, sem que cause tamanha exploração de recursos naturais como a água e o solo (CAPORAL E COSTABEBER, 2004).

Em uma compreensão ampliada, a Agroecologia abarca não apenas as práticas de produção agrícola propriamente ditas, ela abrange dimensões mais amplas, que alcançam toda e qualquer esfera social, cultural, econômica e ambiental dentro das propriedades agroecológicas.

Favero e Pacheco (2013, p. 235) chamam a atenção para o fato de que “no Brasil, a Agroecologia, desde o início do uso do termo, é identificada como um movimento social que se contrapõe fortemente

à agricultura convencional e sua atual denominação – agronegócio”. Não obstante, e em consonância com Miguel Altieri (2012), consideram a agroecologia um encontro entre ciência, movimento e prática. A observação sobre a articulação entre os sujeitos dessas diferentes dimensões nos sugere falar na formação das redes agroecológicas.

A formação das redes agroecológicas na Zona da Mata mineira ocorreu a partir de ações de articulação entre as famílias agricultoras, através de suas associações e sindicatos, as Instituições de Ensino Superior (IES), as EFAs⁶ e as agências de ATER⁷ atuantes no local. Essa “ação em rede” tem fortalecido as estratégias de resistência das famílias camponesas em suas propriedades ou comunidades de produção diversificada, de comercialização em feiras ou via compras institucionais (sobretudo PNAE) mediante os sujeitos coletivos (associações) e o fortalecimento de uma cultura do campo local. A participação observante realizada durante os seis anos de articulação junto ao movimento agroecológico, aliada a entrevistas realizadas durante o ano de 2017 e uma revisão bibliográfica, permitiu-nos compreender (parte) (d) o processo de formação dessa rede.

O contexto da resistência camponesa na região deve-se, parcialmente, à ação de uma rede do movimento agroecológico composta por: i) organizações de agricultores criadas a partir dos anos de 1980 como sindicatos, associações e cooperativas, sendo que muitas derivaram

6 - Na Zona da Mata existem sete EFAs a saber: i) EFA Puris em Araponga; ii) EFA Paulo Freire em Acaiaca; iii) EFA Dom Luciano em Catas Altas da Noruega; iv) EFA Jequeri em Jequeri; v) EFA de Camões em Sem Peixe; vi) EFA Serra do Brigadeiro em Ervália, e; vii) EFA Margarida Alves em Simonésia.

7 - Assistência Técnica e Extensão Rural.

8 - Comunidades Eclesiais de Base.

9 - CARDOSO, Irene, MENDES, Fábio. *People managing landscapes: agroecology and social processes*. In: *Agroecology for Food Security and Nutrition Proceedings of the FAO International Symposium 18-19 September 2014, Rome, Italy*.



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES
Janeiro-Junho, 2018
ISSN 2175-3709

da formação das CEB⁸ s; ii) ONGs, tais como o CTA-ZM, criada em 1987 para a difusão da “agricultura alternativa”; iii) projetos de pesquisa e de extensão envolvendo professores e estudantes da UFV e, posteriormente, da UFJF, IF Sudeste e UEMG; iv) uma rede educacional composta por seis EFAs, e; v) de algumas EMATERs presentes. Cardoso e Mendes⁹ 2014, p.73) afirmam que:

Desde 1988, o Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM), uma ONG, e um grupo de professores e estudantes da Universidade Federal de Viçosa tem trabalhado nesta região em parceria com famílias de agricultores, seguindo princípios agroecológicos. Compreende-se na Zona da Mata, que a agroecologia é uma ciência, mas o conhecimento científico é uma co-produção entre agricultores e cientistas. Os agricultores não somente uma fonte de conhecimentos, mas também autônomos e criativos agentes de transformação. Agroecologia é também movimento e prática. Durante os anos 1980, um forte movimento de agricultores se fortaleceu que os levou a criar coletividades e organizações para representar os seus interesses.

A parceria UFV/CTA-ZM atuou como produtora de conhecimentos e propagadora de questões sobre agroecologia em escala nacional e regional. Possíveis desdobramentos dessa parceria foram, por exemplo, a formação e a qualificação de profissionais pela UFV que levaram o ensino, a pesquisa e a extensão em agroecologia para outras IES na região, como UFJF, IF-Sudeste, UEMG, etc. Hoje,

há uma rede de IES integradas por meio dos NEAs (Núcleo de Estudos em Agroecologia) que surgiram a partir de uma política desenvolvida pelo extinto MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) desde o ano de 2011. Existem NEAs na UFV (Viçosa), na UFJF (Juiz de Fora), no IF SUDESTE (campi Rio Pomba e Muriaé), além da UEMG (Campus Carangola) que está integrado aos NEAs da UFV e da UFJF. Os NEAs por sua vez, integram-se às associações de agricultores, de quilombolas, de movimentos sociais ligados à reforma agrária na região, à EMATER, dentre outros.

Desse modo, podemos falar em uma ampla rede de agroecologia que incide sobre o município do Divino e que trabalha pela afirmação dos princípios agroecológicos aplicados, por exemplo, ao manejo dos agroecossistemas, aos processos educativos, ao processamento e à comercialização dos produtos. A principal ferramenta metodológica de diálogo e difusão da agroecologia nesses grupos dá-se por meio dos chamados Intercâmbios Agroecológicos – calcados na pedagogia paulofreireana e inspirados na metodologia Campesino a Campesino desenvolvida na Nicarágua e em Cuba.

Esse “enredo” da resistência nos permite afirmar a existência de uma agricultura camponesa na região, na medida em que se observam: i) famílias de agricultores que possuem a terra e os recursos naturais que ela suporta¹⁰; ii) plantio diversificado

10 - Nas palavras de Carvalho e Costa (2012): “agricultura camponesa é o modo de fazer agricultura e de viver das famílias que, tendo acesso à terra e aos recursos naturais que ela suporta, resolvem seus problemas reprodutivos por meio da produção rural, desenvolvida de tal maneira que não diferencia o universo dos que decidem sobre a alocação do trabalho dos que se apropriam do resultado dessa alocação.”

integrado à criação de animais com técnicas tradicionais e ancestrais; iii) territorialidades e temporalidades vinculadas às condições e aos ritmos da natureza; iv) etnobotânica e etnofarmacologia em evidência; v) trabalho solidário e coletivo (não capitalista) como em mutirões e “troca-dias”; vi) integração das atividades ligadas à administração e ao manejo da propriedade; vii) relativa autonomia no mecanismo de tomada de decisões; viii) manifestações culturais particulares e locais; ix) organizações sociais e políticas entre os sujeitos envolvidos; x) formas alternativas de comercialização como “trocas” entre as famílias, feiras de produtores e associações entre produtores e consumidores, como no caso da distribuição das “cestas agroecológicas”; dentre outros.

A fala de Gilvânia (filha de Dona Denira) nos traz uma interessante perspectiva que entrelaça história de vida de uma família de agricultores, que trabalhou como meeira por mais de trinta anos, aos problemas com a modernização das práticas agrícolas e ao “envolvimento” com a questão agroecológica:

Na época, não usávamos a palavra “agroecologia”, mas já existia essa luta contra os agrotóxicos, ou seja, olhar pela consciência ecológica já veio de casa. Nossa vida sempre foi muito simples e com muita dificuldade, mas quando você é criança não faz muita diferença. Meu pai sempre trabalhou com café lá no Periquito. (...) Meus pais tiveram alguns problemas com intoxicação, minha mãe não pode passar em local que

tem “roundup” que o corpo dela cria calombo, já acusa rápido, a mãe é um indicador natural de “roundup”. (risos) Meu pai teve intoxicação com bomba (pulverizador costal), que derramava agrotóxico nas costas dele, que depois foi causa de um problema sério com bexiga. Mas eu mesma não me lembro de ver vidro de agrotóxico aqui em casa, foi na casa dos outros que eu vi pela primeira vez.

Sobre agricultores que não se encontram integrados na rede, ela destaca:

Têm muitas pessoas nas comunidades rurais que, embora não saibam sobre agroecologia, têm experiências incríveis, boa diversidade de sementes, variedade de animais... Quero dizer que tem muita gente com experiências boas que poderíamos trazer para a agroecologia, mas não estamos dando conta disso. Essas comunidades, mesmo não aderindo ao movimento agroecológico, já produzem de forma consciente e resistem ao agronegócio. Só não estão com a gente ainda, ainda não nos descobriram. (risos). Mas o Divino tem tudo para ser uma região notável pela agroecologia.

A rede agroecológica no município sugere, pois, um movimento que integra instituições e sujeitos em processos de resistências e em busca da afirmação de modos de vida que podem ser observados nas composições das paisagens do município. Conforme afirmamos anteriormente, o debate sobre produção diversificada, alimentação e saúde é uma das temáticas importantes da atuação da rede agroecológica no local. Esse

IMAGEM 2: Paisagem de cafezais (Cafezal agroecológico na parte frontal e cafezal convencional nos fundos)

Fonte: autores

conjunto de fatores fortalece a formação das “paisagens da agricultura camponesa” que promovem, por sua vez, além da soberania alimentar, melhores condições socioambientais de reprodução do campesinato local.

PAISAGENS DA AGRICULTURA CAMPONESA E A SOBERANIA ALIMENTAR: UMA GEOGRAFIA DOS ALIMENTOS?

O processo de resistência da agricultura camponesa pode ser observado na composição (e na contraposição) das paisagens locais, ao passo que os diferentes modos de produção, pastagens e monoculturas de café e de eucalipto de um lado, e do outro, plantio diversificado da agricultura camponesa, produzem diferentes paisagens. A relação entre essas paisagens e a questão soberania alimentar dos sujeitos do campo são notáveis e dignas de atenção.

A observação da Imagem 2 nos permite perceber diferenças entre a parte

frontal, coberta por uma área de cafezais agroecológica, e o fundo da paisagem, coberta por cafezais convencionais. De início, destaca-se a presença de bananeiras intercaladas aos “arruamentos” da lavoura de café agroecológico, mas as observações não param aí: há consorciamentos com feijão, fava, outras espécies de frutíferas e leguminosas, abóbora, batata, milho, dentre muitos outros produtos. Seguramente, esse tipo de plantio promove a variedade dos alimentos, além do café propriamente dito. Mas não se trata somente de produzir mais e diversificados alimentos: esse agroecossistema, como um todo, induz mais vida, a partir do momento que retém mais água, maior proliferação de micro e macro fauna, maior sombreamento, maior ciclagem de nutrientes, melhor aproveitamento do solo, enfim, maior graduação de equilíbrio socioambiental e melhores condições de sustentabilidade e de reprodução da agricultura de excedentes aí praticada. Os

GEOGRAFARES

Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES
Janeiro-Junho, 2018
ISSN 2175-3709

insumos necessários ao plantio e desenvolvimento das espécies são, grosso modo, produzidos pelo próprio agroecossistema.

Seguramente, o modo de vida das famílias que aí vivem é afetado por este ambiente, ao mesmo tempo em que eles constroem ativamente este mesmo ambiente. As atividades em rede, promovidas pelo movimento agroecológico, e o acesso a algumas políticas públicas têm permitido que esse grupo de agricultores reafirme um modo de produção agrícola, explícito em suas paisagens-habitats, que extrapola a dimensão econômica de suas vidas e que os leva a consolidar conquistas para a sua saúde, o seu bem-estar, as suas coletividades e festividades, os seus arranjos familiares e comunitários, assim como conquistas na participação política e na discussão sobre o território que ocupam.

Percebemos isso nos levantamentos que fizemos sobre a relação entre produção e consumo de alimentos, mas também constatamos a partir de narrativas como a de Dona Denira em resposta ao questionamento sobre o árduo trabalho na terra: *“oh menino, eu faço porque eu gosto, eu amo a terra, eu tenho um amor incrível por ela, não acho muito trabalho não, não acho. O que eu quero é ter saúde”*.

Queremos crer que essa situação vivenciada nessas paisagens-habitats promove graus de emancipação, de soberania (alimentar, inclusive) e de saúde. Por outro lado, retornando às imagens observadas no fundo da Imagem 2, o plantio

convencional de lavouras de café é potencialmente limitado quando se trata da promoção de emancipação, de soberania e de saúde. Primeiramente, porque colocam os sujeitos aí envolvidos em situação de dependência do mercado para suprir a necessidade dos alimentos; em segundo lugar porque os insere de forma cabal na “cadeia do agronegócio” e os tornam também dependentes das redes de produção e de comercialização de adubos e venenos agrícolas. As vantagens comerciais desse modo de produção devem ser, contudo, melhor estudadas para podermos ter mais elementos para refletir sobre esses sujeitos e suas relações de saúde e de grau de soberania alimentar. Não devemos nos esquecer de que esse modo de produção os coloca em posicionamentos políticos e econômicos particulares (e hegemônicos), o que lhes confere maior poder e prestígio na municipalidade, como um todo: a produção de café ou de eucaliptos é percebida enquanto fundamental para a economia local, enquanto que o plantio de alimentos diversos, nem tanto. Mais uma vez, as considerações entre o poder material e simbólico dos agricultores “vacionados” e dos “sem condição” entra em cena.

Temos, pois, uma questão para tentar responder: estes estudos rumam para uma Geografia dos Alimentos?

Luis Câmara Cascudo e Josué de Castro preconizam o debate sobre a alimentação no Brasil sob diferentes óticas. Cascudo (2004) em



Revista do Programa de
Pós-Graduação em Geografia e
do Departamento de Geografia
da UFES
Janeiro-Junho, 2018
ISSN 2175-3709

“História da Alimentação do Brasil”, se debruça sobre a formação da dieta alimentar brasileira, abordando as diferentes influências recebidas. Castro (1984), por sua vez, em “Geografia da Fome” apresenta-nos uma análise sobre a alimentação, mas, sobretudo sobre a fome no Brasil da década de 1940. Assim, enquanto Cascudo centraliza suas atenções na culinária, Castro enfatiza o debate sobre a fome. Contudo, e curiosamente, é interessante notar que nessas obras ambos os autores apontam para as formas locais/regionais de superação de problemas relacionados à oferta, à obtenção ou à produção de alimentos. Essas formas de superação aparecem quase sempre relacionadas às possibilidades de plantio, extrativismo, pesca ou caça existentes, decorrentes do contexto de formação histórico-cultural e ambiental de cada local/região.

Eis, a meu ver, a encruzilhada em que pode se encontrar a formação de uma Geografia dos Alimentos: no centro de caminhos que convergem debates de cunho cultural integrado à questão da soberania alimentar, à sobrevivência e ao direito ao alimento de qualidade. Importante afirmar que quando nos referimos a uma encruzilhada, fazemos menção às múltiplas possibilidades que se encontram em determinado tempo-espço: os muitos caminhos que conduzem a um determinado ponto, a um determinado debate. Não pensamos as

encruzilhadas apenas enquanto pontos de dispersão, mas também enquanto pontos de concentração e convergência. Essa convergência dá-se, inclusive, mediante processos globais de formações sócio-espaciais.

Em outras palavras, penso que o estudo das formas locais/regionais de produção de soberania alimentar pode revelar uma interessante Geografia dos Alimentos, cuja abordagem multiescalar – estadual, nacional ou global – e interdisciplinar poderá abordar a diversidade das formas de obtenção de alimentos, desde a produção agrícola ao abastecimento no mercado – globalizado, regionalizado ou local – passando pelas formas de consumo existentes.

Seguindo nessa reflexão, a Geografia dos Alimentos pode abordar “o lugar e a consciência baseada no lugar”, sugeridas por Escobar (2005, p. 77):

Construir o lugar como um projeto, transformar o imaginário baseado no lugar numa crítica radical do poder, e alinhar a teoria social com uma crítica do poder pelo lugar, exige aventurar-se por outros terrenos. Esta proposta ressoa com e se move um passo além da idéia de que “ao atender o local, ao levar em sério o local, é possível ver como as grandiosas idéias de império se convertem em tecnologias de poder instáveis, com alcances através do tempo e do espaço”. Certamente, o “lugar” e “o conhecimento local” não são panacéias que resolverão os problemas do mundo. O conhecimento local não é “puro”, nem livre de dominação; os lugares podem ter suas próprias formas de opressão e até de

terror; são históricos e estão conectados com o mundo através de relações de poder, e de muitas maneiras, estão determinados por elas. A defesa do conhecimento local que se propõe aqui é política e epistemológica, surge do compromisso com um discurso anti-essencialista do diferente. (grifos nossos)

Nessa defesa política e epistemológica do lugar, poderemos reforçar, quem sabe, geografias subversivas, resistentes e resilientes, dialéticas e dialógicas, e que trazem os sujeitos (subalternizados) para o centro das atenções geográficas em suas diferentes formas de marcar o mundo e de pensar, de produzir, de adquirir, de preparar e de consumir os alimentos. Não obstante, esses são sujeitos que estão submetidos a toda ordem de intervenção na constante relação com os “processos de oligopolização dos mercados no âmbito da alimentação” (PEREZ-CASSARINO, 2013), como bem ilustram as considerações comparativas entre as paisagens agrícolas anteriormente abordadas. Neste sentido, pensamos que sim, os estudos realizados neste artigo podem apontar para um de-

terminado paradigma de uma Geografia dos Alimentos.

De volta ao campo evidenciado em nossa pesquisa, percebemos que o município do Divino pode revelar um potencial da produção camponesa e agroecológica na região da Zona da Mata mineira. Ainda que nem todas as condicionantes históricas, geomorfológicas, sociais e econômicas ocorram da mesma forma em toda a região, este estudo de caso nos permite enxergar formas de ocupação, de vida, de produção, de relação sociedade-natureza e de formação de paisagens que podem ser projetadas para o contexto regional.

Desse modo, e inspirados na abordagem de Augustin Berque (2004), pensamos que essas paisagens possam ser marcas, mas podem também serem matrizes de novas culturas, de novas racionalidades e de novas (velhas) formas de intervenção no território, que, por final, podem perfilar e fortalecer uma sociedade silenciosamente revolucionária e uma Geografia dos Alimentos que seja reveladora dessas “formas cotidianas de resistência camponesa”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERT, Bruce. O ouro canibal e a queda do céu: uma crítica xamânica da economia política da natureza. In: ALBERT, Bruce; RAMOS, Alcida R. Pacificando o branco: cosmologias do contato no Norte-Amazônico. Editora Unesp, São Paulo, 2002.

ALTIERI, Miguel. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. Expressão Popular, Rio de Janeiro, 2012.

_____. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. Revista NERA. Ano 13, n. 16. Presidente Prudente, 2010.

BERQUE, Augustin. Paisagem-Marca e Paisagem Matriz: Elementos da Problemática para uma Geografia Cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobat (org.). Paisagem, Tempo e Cultura. Rio de Janeiro, EdUERJ, 2004.

BRUNO, Regina. Desigualdade, agronegócio, agricultura familiar no Brasil. Revista Estudos, Sociedade e Agricultura. CPDA, UFRRJ. Rio de Janeiro, Vol. 24, n. 1, 2016.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. Agroecologia: alguns conceitos e princípios. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

CARDOSO, Irene, MENDES, Fábio. People managing landscapes: agroecology and social processes. In: Agroecology for Food Security and Nutrition Proceedings of the FAO International Symposium. Roma, 2014.

CARNEIRO, Leonardo de O; CARDOSO, Irene. Sobre Redes, Paisagem, Território e Soberania Alimentar: Tendências e desafios da agricultura camponesa na Zona da Mata mineira. In: CÉSAR, E.; SOARES, T.; DUQUE, B. Ciência em Dia: Jornadas de divulgação científica – Ciência Alimentando o Brasil. Editora Livraria da Física, São Paulo, 2017.

CASCUDO, Luis C. História da Alimentação no Brasil. Global Editora, São Paulo, 2004.

CASTRO, Josué. Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço. Edições Antares. Rio de Janeiro, 1984.

ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Buenos Aires, 2005.

FAVERO, Claudenir. PACHECO, Maria Emília L. Seguindo em frente na construção social da Agroecologia. In: GOMES, J. C.; ASSIS, W. S. Agroecologia: princípios e reflexões. Embrapa, Brasília, 2013.

INCRA. Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR. (dados fornecidos através de comunicação digital – e-mail). 2017.

MARQUES, Marta. Lugar do modo de vida tradicional na modernidade. In: OLIVEIRA, A. e MARQUES, M. (Org.). O campo no século XXI – território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Casa Amarela e Paz e Terra, 2004.



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Janeiro-Junho, 2018
ISSN 2175-3709

MAZZETTO, Carlos Eduardo Silva. Modo de apropriação da natureza e territorialidade camponesa: ressignificando o conceito de campesinato. *Revista Geografias*, Belo Horizonte, 2007.

PEREZ-CASSARINO, Julian. Agroecologia, mercados e sistemas agroalimentares\.: uma leitura a partir da soberania e segurança alimentar e nutricional. In: GOMES, J. C.; ASSIS, W. S. *Agroecologia: princípios e reflexões*. Embrapa, Brasília, 2013.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização*. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2002.

SCOTT, William. Formas cotidianas de resistência camponesa. *Revista Raízes*, vol. 21, n. 01. Campina Grande, 2002.

WACQUANT, Loïc. *Corpo e Alma: ↯ Notas Etnográficas de um Aprendiz de Boxe*. Relume Dumará. Rio de Janeiro, 2002.